

# Concessionária do Aeroporto Internacional de Guarulhos S.A.

Informações contábeis intermediárias referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2019 e relatório de revisão do auditor independente sobre as informações contábeis intermediárias

Em 31 de março de 2019



# Índice

	<b>Página</b>
Relatório de revisão do auditor independente sobre as informações contábeis intermediárias	3
Informações contábeis intermediárias	5
Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2019	12

# Relatório de revisão do auditor independente sobre as informações contábeis intermediárias

---

**Grant Thornton Auditores Independentes**

Av. Eng. Luis Carlos Berrini, 105 - 12º andar Itaim Bibi, São Paulo (SP) Brasil

T +55 11 3886-5100

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da  
**Concessionária do Aeroporto Internacional de Guarulhos S.A.**  
Guarulhos – SP

## Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Concessionária do Aeroporto Internacional de Guarulhos S.A. (“Companhia”), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 31 de março de 2019, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) “Demonstração intermediária”, e com a norma internacional IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

## Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 “Revisão de informações intermediárias executada pelo auditor da entidade” e ISRE 2410 “*Review of interim financial information performed by the independent auditor of the entity*”, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

## Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e a IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR) e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

## Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 1 às informações contábeis intermediárias, que indica que a Companhia incorreu no prejuízo de R\$ 180.546 mil durante o período de três meses findo em 31 de março de 2019 e que, naquela data, o patrimônio líquido estava negativo em R\$ 1.099.337 mil e o passivo circulante da Companhia excedeu o total do ativo circulante em R\$ 965.060 mil. A Administração, baseada no plano de negócios, considera que, além do fluxo de caixa das operações projetado para os próximos doze meses, a Companhia também conta com o suporte financeiro dos seus acionistas para fazer frente aos compromissos de caixa e reequilíbrio do capital circulante líquido. Em 31 de março de 2019, a eventual não confirmação do referido plano de negócios, juntamente com outros assuntos, conforme descrito na Nota Explicativa nº 1, indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Nossa conclusão não está ressalvada em relação a esse assunto.

## Outros assuntos

### Demonstração do Valor Adicionado (DVA)

Revisamos, também, as informações intermediárias da demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao trimestre findo em 31 de março de 2019, preparadas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR) e considerada informação suplementar pelas IFRSs, que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foi elaborada, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

São Paulo, 07 de maio de 2019



Régis Eduardo Baptista dos Santos  
CT CRC 1SP-255.954/O-0

Grant Thornton Auditores Independentes  
CRC 2SP-025.583/O-1

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE GUARULHOS S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE MARÇO DE 2019 E 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>31/03/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
<b><u>ATIVO</u></b>			
<b>CIRCULANTE</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	4	509.048	502.468
Aplicações financeiras vinculadas	5	264.748	28.031
Contas a receber	6	241.604	254.026
Estoques		7.120	6.638
Impostos a recuperar	7a	41.095	38.384
Despesas antecipadas		4.865	5.058
Outros adiantamentos		4.760	4.911
		<u>1.073.240</u>	<u>839.516</u>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>			
Aplicações financeiras vinculadas	5	124.961	123.120
Contas a receber	6	5.929	5.929
Impostos diferidos ativos	7b	216.019	202.229
Estoques		7.767	7.765
Impostos a recuperar	7a	386.172	391.236
Partes relacionadas	8	17.730	17.730
Depósitos judiciais	14	16.372	14.099
Imobilizado	9	13.175	13.913
Intangível	10	14.453.428	14.580.161
		<u>15.241.553</u>	<u>15.356.182</u>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<u>16.314.793</u>	<u>16.195.698</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE GUARULHOS S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE MARÇO DE 2019 E DE 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>31/03/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
<b><u>PASSIVO</u></b>			
<b>CIRCULANTE</b>			
Fornecedores		49.929	78.347
Empréstimos e financiamentos	11	174.950	176.564
Debêntures	12	73.279	65.274
Impostos a recolher	7d	36.756	37.913
Obrigações com empregados e administradores		26.250	22.992
Concessão de serviço público	13	1.495.499	1.423.218
Partes relacionadas	8	25.883	25.883
Receita diferida	15	19.001	17.737
Adiantamento de clientes		5.201	13.687
Outros passivos	16	131.552	135.762
		<u>2.038.300</u>	<u>1.997.377</u>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>			
Empréstimos e financiamentos	11	2.496.726	2.531.413
Debêntures	12	665.838	666.878
Concessão de serviço público	13	12.051.012	11.754.113
Provisão para obrigações legais	14	12.125	11.261
Receita diferida	15	150.129	153.364
Adiantamento de clientes		-	83
		<u>15.375.830</u>	<u>15.117.112</u>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PASSIVO A DESCOBERTO)</b>			
Capital social	17	2.624.558	2.624.558
Prejuízo acumulado		(3.543.349)	(3.355.132)
Resultado do período/ exercício		(180.546)	(188.217)
Total do patrimônio líquido (passivo a descoberto)		<u>(1.099.337)</u>	<u>(918.791)</u>
<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PASSIVO A DESCOBERTO)</b>			
		<u>16.314.793</u>	<u>16.195.698</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE GUARULHOS S.A.DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO PARA OS PERÍODOS DE TRÊS MESES FINDOS EM  
31 DE MARÇO DE 2019 E DE 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

	<u>Nota</u>	<u>31/03/2019</u>	<u>31/03/2018</u>
Receita operacional líquida	18	502.571	475.681
Custo dos serviços prestados	19	(353.173)	(335.237)
Lucro bruto		149.398	140.444
Despesas gerais e administrativas	19	(34.896)	(27.632)
Outras receitas e despesas	19	3.272	(660)
Resultado antes das receitas e despesas financeiras		117.774	112.152
Resultado financeiro líquido	20	(312.110)	(254.025)
Resultado antes dos impostos		(194.336)	(141.873)
Imposto de renda e contribuição social	7c	13.790	5.169
Prejuízo líquido do período		(180.546)	(136.704)
Prejuízo líquido por ação (em reais)	26	(0,060)	(0,045)

---

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE GUARULHOS S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES PARA OS PERÍODOS DE TRÊS  
MESES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2019 E 2018

(Valores expressos em milhares de reais)

---

	<u>31/03/2019</u>	<u>31/03/2018</u>
Prejuízo do período	<u>(180.546)</u>	<u>(136.704)</u>
Total do resultado abrangente no período	<u><u>(180.546)</u></u>	<u><u>(136.704)</u></u>

---

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

---



CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE GUARULHOS S.A.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PASSIVO A DESCOBERTO)  
PARA OS PERÍODOS DE TRÊS MESES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2019 E 2018  
(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>Capital social</u>	<u>Prejuízos acumulados</u>	<u>Total</u>
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018	2.624.558	(3.543.349)	(918.791)
Prejuízo do período	-	(180.546)	(180.546)
EM 31 DE MARÇO DE 2019	<u>2.624.558</u>	<u>(3.723.895)</u>	<u>(1.099.337)</u>
	<u>Capital social</u>	<u>Prejuízos acumulados</u>	<u>Total</u>
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017	2.624.558	(3.355.132)	(730.574)
Prejuízo do período	-	(136.704)	(136.704)
EM 31 DE MARÇO DE 2018	<u>2.624.558</u>	<u>(3.491.836)</u>	<u>(867.278)</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

**CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE GUARULHOS S.A.**

**DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS PERÍODOS DE TRÊS MESES  
FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2019 E DE 2018**

(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>31/03/2019</u>	<u>31/03/2018</u>
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>			
Prejuízo do período antes dos impostos		(194.336)	(141.873)
Ajustes para reconciliar o prejuízo antes dos impostos com o caixa gerado pelas atividades operacionais			
Depreciação e amortização	9/10	221.577	205.461
Baixa de imobilizado e intangível	9/10	4.181	-
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	6	7.409	211
Provisão para obrigações legais	14	864	1.975
Apropriação de receita diferida	15	(2.825)	(2.195)
Variações monetárias e encargos, líquidas		313.095	254.211
Reequilíbrio econômico financeiro		(4.301)	(2.087)
Realização do custo de captação de empréstimos/debêntures	11/12	237	237
<b>Redução (aumento) nos ativos operacionais</b>			
Contas a receber		5.013	8.802
Estoques		(484)	211
Outros adiantamentos		151	(73)
Impostos a recuperar		2.353	4.117
Depósitos judiciais		(2.273)	(1.175)
Despesas antecipadas		193	4.635
<b>Aumento (redução) nos passivos operacionais</b>			
Fornecedores		(32.110)	(28.524)
Partes relacionadas		-	(8.648)
Obrigações com empregados e administradores		3.258	717
Impostos a recolher		(1.157)	(2.141)
Adiantamento de clientes		(8.569)	(7.731)
Outras obrigações e contas a pagar		(4.210)	(42.875)
Outorga variável	13	57.182	54.290
Receita diferida		2.500	(1.716)
<b>Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais</b>		<b>367.748</b>	<b>295.829</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento</b>			
Aplicação financeira		(284.073)	(232.384)
Rendimento de aplicação financeira resgatada		57.420	35.428
Aquisição de intangível		(19.073)	2.642
Aquisição de imobilizado	9	(3)	-
<b>Caixa líquido consumido pelas atividades de investimento</b>		<b>(245.729)</b>	<b>(194.314)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>			
Pagamento de empréstimos, financiamentos e debêntures	11/12	(49.636)	(41.965)
Juros pagos	11/12	(65.803)	(69.626)
<b>Caixa líquido consumido pelas atividades de financiamento</b>		<b>(115.439)</b>	<b>(111.591)</b>
<b>Aumento (redução) líquida no caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>6.580</b>	<b>(10.076)</b>
Saldo de caixa e equivalentes de caixa no início do período		502.468	44.420
Saldo de caixa e equivalentes de caixa no final do período		509.048	34.344
<b>Aumento (redução) líquida no caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>6.580</b>	<b>(10.076)</b>

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE GUARULHOS S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO PARA OS PERÍODOS DE TRÊS MESES  
FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2019 E 2018

(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>31/03/2019</u>	<u>31/03/2018</u>
Receitas		675.871	653.281
Receita tarifária e não tarifária	18	683.280	653.070
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	6	(7.409)	211
Insumos adquiridos de terceiros		(221.473)	(214.078)
Custos dos serviços prestados		(202.198)	(196.107)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(19.275)	(17.971)
Valor adicionado bruto		<u>454.398</u>	<u>439.203</u>
Retenções			
Depreciação e amortização	19	(221.577)	(205.461)
Valor adicionado líquido produzido pela companhia		<u>232.821</u>	<u>233.742</u>
Valor adicionado recebido em transferência			
Receitas financeiras		14.234	6.829
Valor adicionado total a distribuir		<u>247.055</u>	<u>240.571</u>
Distribuição do valor adicionado		<u>247.055</u>	<u>240.571</u>
Pessoal e encargos	19	<u>25.636</u>	<u>35.488</u>
Remuneração direta		17.912	23.880
Benefícios		6.394	7.089
FGTS		1.330	4.519
Impostos, taxas e contribuições		<u>76.264</u>	<u>81.252</u>
Federais		53.872	59.692
Municipais		22.392	21.560
Remuneração do capital de terceiros		<u>325.701</u>	<u>260.535</u>
Juros	20	83.476	87.469
Atualização outorga		240.654	170.790
Outros		1.571	2.276
Remuneração de capital próprio		<u>(180.546)</u>	<u>(136.704)</u>
Prejuízo do período		(180.546)	(136.704)

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS  
REFERENTES AOS TRIMESTRES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2019 E DE 2018

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma) – não auditado

---

**1. INFORMAÇÕES GERAIS**

A Concessionária do Aeroporto Internacional de Guarulhos S.A. (“Concessionária” ou “Companhia”), é uma Sociedade de Propósito Específico (SPE) formada pela participação societária do Aeroporto de Guarulhos Participações S.A. GRUPAR (“Grupar”), uma controlada do grupo INVEPAR, com 51% e da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária – INFRAERO com 49%, constituída em 08 de maio de 2012. A Concessionária é uma sociedade por ações de capital aberto, categoria “B” e tem como principal objeto social a prestação de serviços públicos para a ampliação, manutenção e exploração de infraestrutura aeroportuária. A Concessionária tem sede na Rodovia Hélio Smidt, s/n, Guarulhos, São Paulo.

O Governo Federal e a Concessionária assinaram o contrato de concessão do Aeroporto Internacional de São Paulo/Guarulhos – Governador André Franco Montoro no dia 14 de junho de 2012, pelo período correspondente a 20 anos, tendo seu início em 11 de julho de 2012 e término em 10 de julho de 2032, podendo ser renovado por mais 05 anos. Esse contrato de concessão prevê que a Concessionária realize pagamentos de outorga fixa e variável, conforme descritos na nota explicativa nº 13.

Pelos próximos 13 anos, a Concessionária realizará investimentos para melhorar a capacidade da infraestrutura, segurança, incluindo novos processos e serviços para seus passageiros e usuários.

Em 31 de março de 2019, a Concessionária apresentou prejuízo no montante de R\$ 180.546 (R\$ 136.704 em 31 de março de 2018), um capital circulante líquido negativo de R\$ 965.060 (R\$ 1.157.861 em 31 de dezembro de 2018) e patrimônio líquido negativo em R\$ 1.099.337 (R\$ 918.791 em 31 de dezembro de 2018).

Considerando que, no atual estágio da Concessionária, sua geração de caixa operacional tem por objetivo principal o pagamento das outorgas, é esperado que a Concessionária possua capital circulante negativo, com característica decrescente, com pico no terceiro trimestre de cada ano, após o pagamento da outorga fixa, sendo o caixa recomposto com o acumulo de caixa operacional. Em dezembro de 2017, com o intuito de melhorar a estrutura de capital para os próximos anos, a Concessionária aderiu à reprogramação dos fluxos de pagamentos da contribuição fixa, instituída pela Lei nº 13.999/17, antecipando parcialmente o valor da outorga fixa de 2018 e postergando na mesma proporção o valor para 2031 e 2032 (vide nota explicativa nº 13).

**2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS****2.1. APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS**

A Administração da Sociedade autorizou a conclusão da preparação destas informações contábeis intermediárias (informações trimestrais) em 07 de maio de 2019, que foram elaboradas e apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária, com a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

As demais informações referentes às bases de elaboração, apresentação das informações contábeis intermediárias e resumo das principais práticas contábeis, que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2018, não sofreram alterações em relação àquelas divulgadas na Nota Explicativa nº 2 das Demonstrações Contábeis Anuais referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018 (doravante denominadas de “Demonstrações Contábeis de 31 de dezembro de 2017”), publicadas na imprensa oficial em 29 de março de 2019 e nos websites: [www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br) e [www.gru.com.br](http://www.gru.com.br), exceto pela adoção, a partir de 1º de janeiro de 2019, do Pronunciamento CPC 06 (R2) / IFRS 16 – Arrendamentos, dessa forma, estas informações contábeis intermediárias devem ser lidas em conjunto com as referidas Demonstrações Contábeis de 31 de dezembro de 2018.

A IFRS 16, substituiu as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 (IAS 17) Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27) Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil.

A IFRS 16, introduziu um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor.

Não houve impacto da aplicação da IFRS 16 nas informações contábeis intermediárias.

## 2.2. NOVAS NORMAS E PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS AINDA NÃO ADOTADOS

Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio líquido divulgado pela Concessionária.

## 3. CONTRATO DE CONCESSÃO

O contrato tem por objetivo a concessão dos serviços públicos para a ampliação, manutenção e exploração da infraestrutura aeroportuária a serem implementadas nas seguintes fases:

- FASE I-A – Transferência das operações do Aeroporto sob comando da INFRAERO para a Concessionária (fase concluída em 15 de fevereiro de 2013);
- FASE I-B – Ampliação do Aeroporto pela Concessionária para adequação da infraestrutura e melhoria do nível de serviços (fase concluída em 11 de maio de 2014);
- FASE I-C – Expansão aeroportuária e de adequação total a infraestrutura e ao nível de serviço disposto no Plano de Exploração Aeroportuária (PEA) (fase concluída em 12 de maio de 2016);
- FASE II – Demais fases de ampliação, manutenção e exploração do Aeroporto para o atendimento aos parâmetros mínimos de dimensionamento previsto no PEA (fase atual da Concessionária no período findo em 31 de março de 2019).

O contrato de concessão tem prazo de 20 anos, podendo ser prorrogado por até 05 anos, sendo a concessão outorgada pela Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC).

Integram a concessão os bens necessários a prestação do serviço de exploração aeroportuária já disponibilizados pelo poder público e incorporados à operação da Concessionária, tais como edificações, instalações, máquinas e equipamentos, móveis e utensílios, veículos, pistas de pouso e decolagem, pátios de manobra, dentre outros.

Os custos com obras e intervenções nos bens do poder público, previstos no contrato de concessão, estão contabilizados no intangível, pois não há previsão no contrato de concessão para reembolso de parte ou de todo o investimento efetuado pela Concessionária. Extinta a concessão, retornam ao poder concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados ao complexo aeroportuário.

Durante o período do contrato, a Concessionária tem por obrigação, dentre outras, manter em bom estado de funcionamento, conservação e segurança, os bens necessários à prestação dos serviços que integram a concessão, mantendo um sistema de atendimento físico e eletrônico ao usuário e uma ouvidoria para apurar as reclamações relativas aos serviços prestados.

Pelo direito de exploração do complexo aeroportuário do Aeroporto Internacional de Guarulhos, a Concessionária, com a assinatura do contrato de concessão, se comprometeu a desembolsar o total de R\$ 16.213.000 com parcelas anuais de R\$ 810.650, sendo o saldo corrigido desde fevereiro de 2012, mês de realização da sessão pública do leilão, pelo IPCA-IBGE, em conta a favor do FNAC (Fundo Nacional de Aviação Civil), a título de outorga fixa. Em conformidade com o aditamento ao contrato de concessão que alterou o fluxo de pagamento da outorga fixa original, nos termos da Lei nº 13.499/2017 e da Portaria nº 135/ MTPA, o montante em valores reais passa a ser R\$ 16.655.000 decorrente da reprogramação, permanecendo inalterado o valor presente líquido da outorga fixa original.

A Concessionária também se comprometeu a realizar contribuição variável anual que corresponde ao montante, em reais, resultante da aplicação da alíquota de 10% sobre a totalidade da receita bruta anual. Caso a receita bruta anual observada pela Concessionária, exceda os valores determinados no contrato de concessão, a contribuição variável sobre a receita excedente será cobrada pela alíquota de 15%.

A Concessionária possui como remuneração as receitas tarifárias (tarifa de embarque, de conexão, de pouso e permanência, de armazenagem e capatazia) e receitas não tarifárias (serviços acessórios), tais como cessão de espaço inerentes à exploração dos espaços comerciais e outros.

A Concessionária poderá celebrar com terceiros, prestadores de serviços de transporte aéreo, de serviços auxiliares ao transporte aéreo ou exploradores de outras atividades econômicas, contratos que envolvam a utilização de espaço no complexo aeroportuário, sendo que, a remuneração será livremente pactuada entre a Concessionária e a outra parte contratante.

A Concessionária e seu acionista privado não poderão realizar qualquer modificação direta ou indireta nos respectivos controles societários ou transferir a concessão sem a prévia e expressa anuência da ANAC, sob pena de caducidade do contrato.

#### 4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>31/03/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Caixa e bancos	3.970	986
Aplicações em fundos de investimento lastreadas em títulos públicos	<u>505.078</u>	<u>501.482</u>
Saldo de caixa e equivalentes de caixa	<u><u>509.048</u></u>	<u><u>502.468</u></u>

As aplicações financeiras são representadas por fundos de investimentos lastreados em títulos públicos federais, em valores mobiliários do Tesouro Nacional e/ou Banco Central do Brasil (BACEN) e em operações lastreadas em títulos públicos federais, com remuneração média de 98,08% do CDI (98,19% do CDI em dezembro de 2018), investimento de curto prazo e com alta liquidez.

#### 5. APLICAÇÕES FINANCEIRAS VINCULADAS

	<u>31/03/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Circulante (a)	<u>264.748</u>	<u>28.031</u>
Conta Pagamento/ Reserva	264.748	28.031
Não circulante (a)	<u>124.961</u>	<u>123.120</u>
CDB - Garantia Duke Energia	4.268	4.183
Conta Reserva	120.693	118.937
Saldo de aplicações financeiras vinculadas	<u><u>389.709</u></u>	<u><u>151.151</u></u>

(a) Títulos para negociação

A Concessionária possui aplicações em fundos de investimentos não exclusivos, de renda fixa, cuja carteira é composta exclusivamente por títulos públicos federais e operações lastreadas nestes títulos.

Os fundos são remunerados pela taxa média de 97,65% do CDI (97,63% do CDI em 31 de dezembro de 2018) sem prazo de carência, com baixo risco, que servem para compor o saldo da Conta Reserva, da Conta Pagamento e da Conta Outorga Variável, destinado ao cumprimento das obrigações dos Contratos de Financiamentos e de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios firmado junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e os Bancos Repassadores (Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Itaú BBA e Bradesco), além do representante dos debenturistas de ambas emissões, representado pelo Agente Fiduciário.

Do montante de aplicação financeira registrado no não circulante R\$ 4.268 (R\$ 4.183 em 31 de dezembro de 2018) refere-se à aplicação em CDB junto ao Banco Itaú BBA, remunerado pela taxa média de 96,20% do CDI, cedido como garantia em contrapartida ao suprimento de energia elétrica no mercado livre, conforme contrato de compra e venda de energia elétrica entre a Concessionária e a Rio Paranapanema Energia (empresa do grupo Duke Energy).

## 6. CONTAS A RECEBER

	<u>31/03/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Contas a receber tarifárias		
Aeronaves	157.363	158.126
Armazenagem	18.690	17.879
	<u>176.053</u>	<u>176.005</u>
Contas a receber não tarifárias		
Receitas acessórias	116.590	121.651
	<u>116.590</u>	<u>121.651</u>
Provisão para perdas esperadas com crédito de liquidação duvidosa	<u>(45.110)</u>	<u>(37.701)</u>
Total contas a receber	<u>247.533</u>	<u>259.955</u>
Circulante	<u>241.604</u>	<u>254.026</u>
Não circulante	<u>5.929</u>	<u>5.929</u>

Em 31 de março de 2019, a análise do vencimento de saldos de contas a receber de clientes é a seguinte:

	Total líquido de PECLD	Provisão para perdas esperadas com crédito de liquidação duvidosa	Saldo não vencido e sem perda por ação recuperável	Saldos vencidos						
				<30 dias	de 31-60 dias	de 61-90 dias	de 91-120 dias	de 121-150 dias	de 151-180 dias	>180 dias
31 DE MARÇO DE 2019	247.533	(45.110)	241.762	26.148	7.133	2.041	1.908	784	1.878	10.989
	Total líquido de PECLD	Provisão para perdas esperadas com crédito de liquidação duvidosa	Saldo não vencido e sem perda por ação recuperável	<30 dias	de 31-60 dias	de 61-90 dias	de 91-120 dias	de 121-150 dias	de 151-180 dias	>180 dias
31 DE DEZEMBRO DE 2018	259.955	(37.701)	250.268	15.087	6.310	9.899	5.455	186	240	10.211

Em 31 de março de 2019, a provisão para perdas esperadas com crédito de liquidação duvidosa é de R\$ 45.110 (R\$ 37.701 em 31 de dezembro de 2018).

Movimentação na provisão para perdas esperadas com crédito de liquidação duvidosa:

	<u>31/03/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Saldo no início do exercício	(37.701)	(23.644)
Adição/ Reversão	(7.416)	(19.442)
Baixa	7	5.385
Saldo no fim do exercício	<u>(45.110)</u>	<u>(37.701)</u>



Com a atualização do IFRS 9/ CPC 48 – Instrumentos Financeiros a partir de 1º de janeiro de 2018, que introduziu novos requerimentos de classificação, mensuração e reconhecimento de ativos e passivos financeiros, a Concessionária revisou sua política e procedimentos para o reconhecimento das provisões de perdas de clientes, considerando os aspectos de perdas esperadas com crédito de liquidação duvidosa que considera a avaliação de possíveis perdas de créditos no que representa incerteza quanto ao recebimento a partir da estimativa de risco da carteira de clientes. A seguir apresentamos o percentual aplicado para cada nível de *aging* de vencimento, entretanto, a Concessionária utiliza do julgamento e avaliação de risco para a provisão ou não, caso entenda necessário.

<u>Aging</u>	<u>%</u>
Títulos à vencer	-
Vencidos até 30 dias	-
Vencidos de 31 à 60 dias	28,7%
Vencidos de 61 à 90 dias	38,0%
Vencidos de 91 à 120 dias	54,0%
Vencidos de 121 à 150 dias	64,0%
Vencidos de 151 à 180 dias	74,1%
Vencidos de 181 à 210 dias	83,3%
Vencidos de 211 à 240 dias	87,3%
Vencidos de 241 à 270 dias	91,3%
Vencidos de 271 à 300 dias	96,8%
Vencidos de 301 à 330 dias	98,9%
Vencidos de 331 à 360 dias	100,0%
Vencidos à mais de 361 dias	100,0%

## 7. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

### a) Impostos a recuperar

	<u>31/03/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
IRRF	6.093	4.832
IRPJ a compensar	1.196	1.061
CSLL a compensar	243	215
PIS e COFINS	33.522	32.235
ISSQN	41	41
Total dos impostos a recuperar - circulante	<u>41.095</u>	<u>38.384</u>
PIS e COFINS - não circulante	<u>386.172</u>	<u>391.236</u>
Total	<u><u>427.267</u></u>	<u><u>429.620</u></u>

O montante de impostos a recuperar se refere principalmente ao de crédito de PIS e COFINS sobre os investimentos, que são compensados a partir da amortização dos bens realizada pela curva de demanda.

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Concessionária, de acordo com o CPC 32 – Impostos sobre o lucro (IAS 12), Instrução CVM 371, OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SNC/SEP/nº 01/2019 e fundamentada na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, e em estudo técnico aprovado pela Administração, reconhece, quando aplicável, créditos tributários sobre prejuízos fiscais, bases negativas de contribuição social, diferenças temporárias que não possuem prazo prescricional e cuja compensação está limitada a 30% dos lucros anuais tributáveis.

O valor contábil do ativo fiscal diferido é revisado periodicamente e as projeções são revisadas pelo menos anualmente ou quando existirem fatos relevantes que venham a modificar as premissas de tais projeções.

A Concessionária considera que as premissas utilizadas na elaboração das projeções de resultados e, conseqüentemente, a determinação do valor de realização dos impostos diferidos ao longo do prazo da concessão, espelham objetivos e metas a serem atingidos.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são apresentados como segue:

<u>Natureza</u>	<u>31/03/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Ativo diferido		
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	942.583	942.583
Diferenças temporárias - Provisões indedutíveis	18.041	18.041
Total	<u>960.624</u>	<u>960.624</u>
Passivo diferido		
Outorga fiscal(*)	(574.142)	(584.975)
AVP outorga fiscal	(136.457)	(139.006)
Margem de construção(*)	(30.977)	(31.548)
AVP reequilíbrio	(3.029)	(2.866)
Total	<u>(744.605)</u>	<u>(758.395)</u>
Saldo ativo diferido líquido	<u>216.019</u>	<u>202.229</u>

(\*) os valores de imposto de renda e contribuição social diferidos constituídos sobre outorga fiscal e margem de construção, oriundos do extinto Regime Tributário de Transição (RTT), são amortizados mensalmente pelo prazo restante do Contrato de Concessão, conforme Inciso IV do artigo. 69 da Lei nº 12.973/14.

A Concessionária não constituiu o montante de R\$ 52.148 em 31 de março de 2019 (R\$ 151.458 em 31 de dezembro de 2018 constituído) de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos. O valor acumulado, até 31 de março de 2019, de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos não constituídos é de R\$ 1.158.407 (R\$ 1.106.259 em 31 de dezembro de 2018).

A Concessionária estima recuperar o crédito tributário decorrente de diferenças temporárias e prejuízos acumulados nos seguintes exercícios:

	<u>Ativo</u>
2021	9.171
2022	33.050
2023	52.120
2024 a 2032	866.283
	<u>960.624</u>

A realização do imposto de renda e contribuição social diferidos ativo é viável, considerando que o plano de negócios prevê que a Concessionária atinja o nível de operação plena e rentabilidade positiva prevista para ocorrer nos próximos anos.

c) Conciliação entre imposto de renda e contribuição social nominais e efetivo

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais do imposto de renda e contribuição social é demonstrada como segue:

	<u>31/03/2019</u>	<u>31/03/2018</u>
Imposto de renda e contribuição social		
Prejuízo contábil antes do imposto de renda e contribuição social	(194.336)	(141.873)
Alíquota combinada do imposto de renda e contribuição social	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	66.074	48.237
Ajustes no resultado líquido que afetam o resultado do período		
Diferenças permanentes	(136)	(10)
Imposto de renda e contribuição social diferido não constituído	(52.148)	(43.058)
Total dos impostos no resultado - diferido	<u>13.790</u>	<u>5.169</u>

d) Impostos a recolher

	<u>31/03/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Impostos sobre faturamento		
PIS e COFINS	25.560	24.068
ISSQN	7.220	7.925
	<u>32.780</u>	<u>31.993</u>
Impostos retidos sobre serviços		
ISSQN terceiros	822	1.682
IRRF	655	1.235
INSS s/terceiros	1.700	2.106
CSRF	799	897
	<u>3.976</u>	<u>5.920</u>
Circulante	<u>36.756</u>	<u>37.913</u>

8. PARTES RELACIONADAS

As operações entre quaisquer das partes relacionadas da Concessionária, sejam elas administradores, acionistas ou coligadas, são aprovadas pelos órgãos da administração competentes e divulgadas nas demonstrações contábeis.

Quando necessário, o procedimento de tomada de decisões para a realização de operações com partes relacionadas seguirá os termos do Artigo nº 115 da Lei das Sociedades por Ações, que determina que o acionista ou o administrador, conforme o caso, nas assembleias gerais ou nas reuniões da administração, abstenha-se de votar nas deliberações relativas: **(i)** ao laudo de avaliação de bens com que concorrer para a formação do capital social; **(ii)** à aprovação de suas contas como administrador; e **(iii)** a quaisquer matérias que possam beneficiá-lo de modo particular ou que seu interesse conflite com o da Concessionária.

A tabela a seguir apresenta o valor total das transações realizadas com partes relacionadas:

Parte relacionada	Transação	Relação	31/03/2019	
			Ativo não circulante	Passivo circulante
INFRAERO (i)	Repasse de receita/custo	Acionista direto	17.730	24.905
CART (ii)	Folha de pagamento de funcionários a serviço GRU	Coligada	-	521
METRORIO (ii)	Folha de pagamento de funcionários a serviço GRU	Coligada	-	457
			<u>17.730</u>	<u>25.883</u>
			31/12/2018	
Parte relacionada	Transação	Relação	Ativo não circulante	Passivo circulante
INFRAERO (i)	Repasse de receita/custo	Acionista direto	17.730	24.905
CART(ii)	Folha de pagamento de funcionários a serviço GRU	Coligada	-	521
METRORIO(ii)	Folha de pagamento de funcionários a serviço GRU	Coligada	-	457
			<u>17.730</u>	<u>25.883</u>

**a) Sumário das transações entre partes relacionadas**

- (i)** A Concessionária e INFRAERO possuem valores de receitas e custos a serem repassados de parte a parte, decorrentes da transição da operação.
- (ii)** Os passivos com as coligadas CART e METRÔ RIO são valores referentes a gastos com funcionários cedidos à Concessionária.

**b) Remuneração do pessoal-chave da Administração**

A remuneração dos diretores e das demais pessoas chave da Administração durante o período foi a seguinte:

	31/03/2019	31/03/2018
Remuneração fixa anual		
Salário ou pró-labore	1.238	1.219
Outros benefícios	82	129
Encargos	219	228
Total da remuneração	<u>1.539</u>	<u>1.576</u>

A remuneração da Administração e dos principais executivos é determinada, considerando o desempenho dos indivíduos e as tendências de mercado.

Em 31 de março de 2019, o passivo da Concessionária com obrigações com pessoal da administração totalizava R\$ 2.640 (R\$ 3.025 em dezembro de 2018). A remuneração global máxima da Administração aprovada na Assembleia Geral Ordinária realizada em 29 de abril de 2019 para o exercício de 2019, é de R\$ 11.210, incluindo os encargos previdenciários incidentes.

## 9. IMOBILIZADO

	Taxas anuais médias ponderadas de depreciação %	31/12/2018	Adições	Transferência	Saldo em 31/03/2019
<b>Custo</b>					
Instalações	5%	11.944	-	-	11.944
Máquinas e equipamentos	10%	3.704	3	29	3.736
Móveis e utensílios	10%	2.751	-	-	2.751
Veículos	20%	2.274	-	-	2.274
Equipamentos de informática	20%	10.331	-	-	10.331
Imobilizado em andamento		88	-	(29)	59
<b>Total</b>		<b>31.092</b>	<b>3</b>	<b>-</b>	<b>31.095</b>
<b>Depreciação acumulada</b>					
Instalações		(2.446)	(285)	-	(2.731)
Máquinas e equipamentos		(2.777)	(51)	-	(2.828)
Móveis e utensílios		(1.872)	(52)	-	(1.924)
Veículos		(1.536)	(91)	-	(1.627)
Equipamentos de informática		(8.548)	(262)	-	(8.810)
<b>Total</b>		<b>(17.179)</b>	<b>(741)</b>	<b>-</b>	<b>(17.920)</b>
<b>Imobilizado líquido</b>		<b>13.913</b>	<b>(738)</b>	<b>-</b>	<b>13.175</b>
	Taxas anuais médias ponderadas de depreciação %	Saldo em 31/12/2017	Adições	Transferência	Saldo em 31/03/2018
<b>Custo</b>					
Instalações	5%	11.944	-	-	11.944
Máquinas e equipamentos	10%	3.701	-	-	3.701
Móveis e utensílios	10%	2.743	-	-	2.743
Veículos	20%	2.219	-	-	2.219
Equipamentos de informática	20%	10.360	-	-	10.360
<b>Total</b>		<b>30.967</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>30.967</b>
<b>Depreciação acumulada</b>					
Instalações		(1.306)	(285)	-	(1.591)
Máquinas e equipamentos		(2.442)	(126)	-	(2.568)
Móveis e utensílios		(1.633)	(69)	-	(1.702)
Veículos		(1.175)	(88)	-	(1.263)
Equipamentos de informática		(7.273)	(374)	-	(7.647)
<b>Total</b>		<b>(13.829)</b>	<b>(942)</b>	<b>-</b>	<b>(14.771)</b>
<b>Imobilizado líquido</b>		<b>17.138</b>	<b>(942)</b>	<b>-</b>	<b>16.196</b>

Sobre o ativo imobilizado da Concessionária não há incidência de quaisquer garantias, penhor ou ônus de qualquer outra natureza.

Perdas por redução ao valor recuperável

Em 31 de março de 2019, não foram identificadas evidências de ativos imobilizados com custos registrados superiores aos seus valores de recuperação.

10. INTANGÍVEL

	Taxas anuais médias ponderadas de amortização %	Saldo em 31/12/2018	Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 31/03/2019
<b>Custo</b>						
Software e sistemas	20%	27.934	-	-	-	27.934
Outorga fixa - concessão	(a)	14.415.534	73.126	-	-	14.488.660
Investimento para concessão	(a)	4.110.628	3.358	-	2.968	4.116.954
Em andamento		78.902	21.780	-	(2.968)	97.714
Adiantamento a fornecedores		6.681	19	(4.180)	-	2.520
<b>Total</b>		<b>18.639.679</b>	<b>98.283</b>	<b>(4.180)</b>	<b>-</b>	<b>18.733.782</b>
<b>Amortização acumulada</b>						
Software	20%	(21.138)	(1.104)	-	-	(22.242)
Outorga fixa - concessão	(a)	(3.208.616)	(164.172)	-	-	(3.372.788)
Investimento para concessão	(a)	(829.764)	(55.560)	-	-	(885.324)
<b>Total</b>		<b>(4.059.518)</b>	<b>(220.836)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(4.280.354)</b>
<b>Intangível líquido</b>		<b>14.580.161</b>	<b>(122.553)</b>	<b>(4.180)</b>	<b>-</b>	<b>14.453.428</b>
	Taxas anuais médias ponderadas de amortização %	Saldo em 31/12/2017	Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 31/03/2018
<b>Custo</b>						
Software e sistemas	20%	26.922	-	-	846	27.768
Outorga fixa - concessão	(a)	14.160.273	58.100	-	-	14.218.373
Investimento para concessão	(a)	4.079.267	2.232	-	5.587	4.087.086
Em andamento		16.188	2.029	-	(6.433)	11.784
Adiantamento a fornecedores		-	-	-	-	-
<b>Total</b>		<b>18.282.650</b>	<b>62.361</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>18.345.011</b>
<b>Amortização acumulada</b>						
Software	20%	(16.522)	(1.218)	-	-	(17.740)
Outorga fixa - concessão	(a)	(2.599.798)	(52.503)	-	-	(2.652.301)
Investimento para concessão	(a)	(618.363)	(150.798)	-	-	(769.161)
<b>Total</b>		<b>(3.234.683)</b>	<b>(204.519)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(3.439.202)</b>
<b>Intangível líquido</b>		<b>15.047.967</b>	<b>(142.158)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>14.905.809</b>

(a) Amortização de acordo com a evolução da curva estimada de passageiros (PAX).

Segundo orientações contidas no OCPC 05, a outorga fixa foi reconhecida e ajustada a valor presente, à taxa de desconto de 9,15% a.a. e terá sua amortização de acordo com a evolução da curva estimada de passageiros e as despesas financeiras provenientes da atualização serão capitalizadas em função da curva de investimentos no ativo não circulante. A capitalização será realizada proporcionalmente finalização de cada fase. Mais detalhes sobre a outorga fixa estão descritos na Nota Explicativa nº 13.

As adições no período referem-se, em sua maioria, às obras em andamento e capitalização dos encargos da outorga fixa.

No período findo em 31 de março de 2019, foram capitalizados no ativo intangível R\$ 73.126 de atualização monetária da outorga fixa (R\$ 58.100 em 31 de março de 2018) e R\$ 2.393 de juros sobre empréstimos e financiamentos (R\$ 386 em 31 de março de 2018).

Sobre os ativos intangíveis da Concessionária não há incidência de quaisquer garantias, penhor ou ônus de qualquer outra natureza.

A amortização dos direitos de uso de software é calculada pelo método linear, considerando a sua utilização efetiva e não supera o prazo de cinco anos.

#### Perdas por redução ao valor recuperável

De acordo com o CPC 01(R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, os itens do ativo intangível, que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação, são revisados para determinar a necessidade de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização.

A Administração efetua análise anual do correspondente desempenho operacional e financeiro de seus ativos. Em 31 de março de 2019, não foram identificadas evidências de ativos intangíveis com custos registrados superiores aos seus valores de recuperação.

O valor recuperável foi estimado com base no seu valor em uso, calculado entre 1 de janeiro de 2019 até 10 de julho de 2032 (previsão de término do contrato de concessão).

## 11. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

### a) Composição da dívida

Credor	Tipo	Vencimento	Indexador	Encargos anuais ( <i>spread</i> )	Saldo inicial 31/12/2018	Juros incorridos	Pagamento do principal	Pagamento de juros	Saldo final 31/03/2019
BNDES	Finem Repasse direto	dez/27	TJLP	2,88%	1.883.395	44.429	(26.333)	(39.999)	1.861.492
BNDES	Finem Repasse direto	dez/27	TJLP	0,00%	3.135	53	-	(47)	3.141
BNDES (a)	Finem Repasse indireto	dez/27	TJLP	3,40%	808.949	20.048	(11.050)	(18.145)	799.802
Itaú	Carta Fiança	Indeterminado	INPC	2,90%	6	6	-	(6)	6
Daycoval	CCB	jul/19	CDI	5,54%	12.492	281	(5.000)	(538)	7.235
<b>Total</b>					<b>2.707.977</b>	<b>64.817</b>	<b>(42.383)</b>	<b>(58.735)</b>	<b>2.671.676</b>
Parcela do circulante					176.564				174.950
Parcela do não circulante					2.531.413				2.496.726

(a) Banco do Brasil, Bradesco, Itaú e Caixa Econômica Federal

Credor	Tipo	Vencimento	Indexador	Encargos anuais ( <i>spread</i> )	Saldo inicial 31/12/2017	Juros incorridos	Pagamento do principal	Pagamento de juros	Saldo final 31/03/2018
BNDES	Finem Repasse direto	dez/27	TJLP	2,88%	1.969.887	45.239	(24.011)	(41.822)	1.949.293
BNDES	Finem Repasse direto	dez/27	TJLP	0,00%	2.891	48	-	(48)	2.891
BNDES (a)	Finem Repasse indireto	dez/27	TJLP	3,40%	847.426	20.304	(10.028)	(18.880)	838.822
Itaú	Carta Fiança	Indeterminado	INPC	2,90%	6	6	-	(6)	6
Caixa Econômica Federal	Conta Garantida	dez/18	CDI	<i>spread</i>	50.460	1.351	-	(1.354)	50.457
Daycoval	CCB	jul/19	CDI	5,54%	30.210	851	(3.333)	(384)	27.344
<b>Total</b>					<b>2.900.880</b>	<b>67.799</b>	<b>(37.372)</b>	<b>(62.494)</b>	<b>2.868.813</b>
Parcela do circulante					222.157				222.494
Parcela do não circulante					2.678.723				2.646.319

(a) Banco do Brasil, Bradesco, Itaú e Caixa Econômica Federal



Os juros dos contratos de empréstimos e financiamentos são capitalizados em função da curva de investimentos no ativo não circulante. A capitalização será devida proporcionalmente à finalização de cada fase. Em 31 de março de 2019 o montante capitalizado no período foi de R\$ 2.393 (R\$ 2.891 em 31 de dezembro de 2018).

Composição dos empréstimos de longo prazo por ano de vencimento:

2020	160.548
2021	253.674
2022	276.582
2023 em diante	1.805.922
	<hr/>
	<u>2.496.726</u>

#### Financiamento de longo prazo – Finem Repasse Direto

Em 13 de dezembro de 2013, a Companhia celebrou Contrato de Financiamento com o Banco Nacional de Desenvolvimento Social – BNDES no valor de R\$ 2,4 bilhões dividido em quatro subcréditos: (i) “subcrédito A” no valor de R\$ 1,5 bilhão, (ii) “subcrédito B1” no valor de R\$ 435.000, (iii) “subcrédito B2” no valor de R\$ 487.000, e (iv) “subcrédito C” no valor de R\$ 17.000. Os juros incidentes sobre o valor principal dos subcréditos A e B são de 2,88% ao ano acrescidos a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) e do subcrédito C é remunerado somente através da TJLP. O valor principal tem vencimento em 15 de dezembro de 2027. As liberações dos valores são realizadas mediante as demandas.

#### Financiamento de longo prazo – Finem Repasse Indireto

Em 13 de dezembro de 2013, a Companhia celebrou Contrato de Financiamento Mediante Repasse de Recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), junto aos bancos: Banco do Brasil S.A., Banco Bradesco S.A., Banco Itaú BBA S.A., Caixa Econômica Federal, todos os bancos, cada qual, com o percentual de 20%, no valor total de R\$ 1,03 bilhão dividido em três subcréditos: (i) “subcrédito A” no valor de R\$ 643.000; (ii) “subcrédito B1” no valor de R\$ 187.000; e (iii) “subcrédito B2” no valor de R\$ 209.000. Os juros incidentes sobre o valor principal são de 3,40% ao ano acima da Taxa de Juros de Longo prazo (TJLP), com vencimento do valor principal em 15 de dezembro de 2027. As liberações dos valores são realizadas mediante as demandas.

#### Fiança

Em 01 de julho de 2014, a Concessionária contratou Carta Fiança no montante de R\$ 665 para garantir o pagamento de quantias questionadas nos autos da Execução de Título Extrajudicial, Processo nº 1007422-31.2014.8.26.0224 perante o Juízo de Direito da 9ª Vara Cível da Comarca de Guarulhos – SP. Este saldo é atualizado de acordo com a variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) e com o *spread* de 2,9% a.a.

### Conta Garantida

Em 28 de abril de 2016, a Concessionária utilizou o montante de R\$ 50.000 da Conta Garantida, com juros remuneratórios obtidos pela composição da taxa CDI Cetip e sobre-preço efetivo anual, incidentes sobre a média aritmética simples dos saldos devedores diários. Em 09 de maio de 2018, este valor foi liquidado.

### Cédula de Crédito Bancário (CCB)

Em 14 de dezembro de 2017, a Concessionária utilizou o montante de R\$ 30.000 da Cédula de Crédito Bancário (CCB), com a finalidade de capital de giro, com juros remuneratórios, obtidos pela composição da taxa CDI e sobre-preço efetivo anual.

### Garantias e cláusulas restritivas financeiras

Os Contratos de Financiamento de Longo Prazo relacionados aos contratos firmados junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), aos bancos repassadores e às debêntures de 1ª emissão e de 2ª emissão, representados pelo agente fiduciário tem como garantia as cláusulas restritivas:

- Os financiamentos são garantidos através do: **(i)** penhor da totalidade dos direitos creditórios da concessão através do contrato de cessão fiduciária de direitos creditórios, de administração de contras e outras avenças; e **(ii)** penhor de ações dos acionistas, com o contrato e penhor de ações e outras avenças do Aeroporto de Guarulhos Participações (GRUPAR) e contrato de penhor de ações e outras avenças da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (INFRAERO);
- A Concessionária possui o contrato de suporte de acionistas e outras avenças (*ESA - Equity Support Agreement*) que é parte integrante e inseparável do contrato de financiamento com o BNDES, que impõem a obrigação por parte dos acionistas de aportar na Concessionária o valor necessário para o pagamento integral e anual da Outorga, englobando a contribuição fixa e variável;
- Os contratos de financiamento de longo prazo possuem obrigações financeiras, *covenants*, que obrigatoriamente deverão ser apresentados após a conclusão de todas as obras financiadas, que estão previstas para finalizarem até dezembro 2019 e servem exclusivamente de base para pagamento de dividendos ou juros sobre capital próprio acima do mínimo obrigatório.

## 12. DEBÊNTURES

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 28 de janeiro de 2014, foi aprovada a primeira emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em regime de garantia firme de colocação, para distribuição pública, estruturada de acordo com a Instrução CVM 476, no valor de R\$ 300.000, emitidas em quatro séries, com valor nominal unitário de R\$ 1 cada, totalizando 300.000 debêntures (75.000 debêntures para cada série).

Os recursos obtidos por meio desta emissão foram utilizados para suportar os investimentos na ampliação da infraestrutura do Aeroporto.

A atualização monetária sobre o valor unitário das debêntures ocorre através da variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), além dos juros remuneratórios de 7,86% a.a., correspondente a 1ª emissão.

Os juros remuneratórios das debêntures serão pagos ao final de cada período de capitalização, a partir da data de emissão até a data de pagamento dos juros das debêntures, sendo que a 1ª série terá seu pagamento em 15 de março, a 2ª série em 15 de junho, a 3ª série em 15 de setembro e a 4ª série em 15 de dezembro, até a amortização do principal que será em 09 parcelas anuais, a partir de 15 de março de 2017 até 15 de dezembro de 2025, conforme vencimentos descritos a seguir:

Amortização	1ª série	2ª série	3ª série	4ª série
5%	15/03/2017	15/06/2017	15/09/2017	15/12/2017
5%	15/03/2018	15/06/2018	15/09/2018	15/12/2018
8%	15/03/2019	15/06/2019	15/09/2019	15/12/2019
10%	15/03/2020	15/06/2020	15/09/2020	15/12/2020
12%	15/03/2021	15/06/2021	15/09/2021	15/12/2021
15%	15/03/2022	15/06/2022	15/09/2022	15/12/2022
15%	15/03/2023	15/06/2023	15/09/2023	15/12/2023
15%	15/03/2024	15/06/2024	15/09/2024	15/12/2024
15%	15/03/2025	15/06/2025	15/09/2025	15/12/2025

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 08 de agosto de 2014, foi aprovada a segunda emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em regime de garantia firme de colocação, para distribuição pública, estruturada de acordo com a Instrução CVM 400, no valor de R\$ 300.000, emitidas em série única, com valor nominal unitário de R\$1 cada, totalizando 300.000 debêntures.

A totalidade dos recursos líquidos captados pela Concessionária por meio da segunda emissão de debêntures foi utilizada especificamente para a liquidação antecipada das notas promissórias emitidas em 07 de maio de 2014.

A atualização monetária sobre o valor unitário das debêntures ocorre através da variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), além dos juros remuneratórios de 6,40% a.a., correspondente à 2ª emissão.

Os juros remuneratórios das debêntures serão pagos ao final de cada período de capitalização, um ano após a emissão, até a amortização do principal que possuem vencimentos conforme descrito a seguir:

<u>Amortização</u>	<u>Data</u>
5%	15/10/2018
5%	15/10/2019
8%	15/10/2020
10%	15/10/2021
12%	15/10/2022
15%	15/10/2023
15%	15/10/2024
15%	15/10/2025
15%	15/10/2026

Debêntures	Vencimento	Indexador	Encargos anuais	Saldo inicial 31/12/2018	Juros incorridos	Pagamento do principal	Pagamento de juros	Custo de emissão	Saldo final 31/03/2019
1ª emissão 476	dez/25	IPCA	7,86%	371.066	11.057	(7.253)	(7.068)	-	367.802
2ª emissão 400	out/26	IPCA	6,40%	367.860	9.992	-	-	-	377.852
Custo com emissão				(6.774)	-	-	-	237	(6.537)
<b>Total</b>				<b>732.152</b>	<b>21.049</b>	<b>(7.253)</b>	<b>(7.068)</b>	<b>237</b>	<b>739.117</b>

Parcela do circulante	65.274	73.279
Parcela do não circulante	666.878	665.838

Debêntures	Vencimento	Indexador	Encargos anuais	Saldo inicial 31/12/2017	Juros incorridos	Pagamento do principal	Pagamento de juros	Custo de emissão	Saldo final 31/03/2018
1ª emissão 476	dez/25	IPCA	7,86%	375.239	10.630	(4.593)	(7.132)	-	374.144
2ª emissão 400	out/26	IPCA	6,40%	372.515	9.426	-	-	-	381.941
Custo com emissão				(7.732)	-	-	-	237	(7.495)
<b>Total</b>				<b>740.022</b>	<b>20.056</b>	<b>(4.593)</b>	<b>(7.132)</b>	<b>237</b>	<b>748.590</b>

Parcela do circulante	52.057	61.067
Parcela do não circulante	687.965	687.523

Em 31 de março de 2019, os custos de captação com as instituições financeiras para emissão das debêntures são de R\$ 6.537 (R\$ 7.495 em 31 de março de 2018).

Segue abaixo a composição das debêntures de longo prazo por ano de vencimento:

	31/03/2019
2020	54.533
2021	85.337
2022	104.759
2023 em diante	421.209
	<b>665.838</b>

No primeiro trimestre de 2019, a Concessionária realizou pagamento de juros no montante total de R\$ 7.068, referente a 1ª série da 1ª emissão de Debêntures e amortização do principal no montante de R\$ 7.253.

#### Garantias e cláusulas restritivas financeiras

Vide Nota Explicativa nº 11.

### 13. CONCESSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO

Objeto	Saldo inicial 31/12/2018	Adições	Atualização (a) resultado	Atualização intangível	Transf.	Saldo final 31/03/2019
Outorga variável	230.379	57.182	-	-	-	287.561
Outorga fixa	1.202.651	-	22.036	6.672	(13.250)	1.218.109
( - ) Reequilíbrio	(9.812)	-	(359)	-	-	(10.171)
Circulante	1.423.218	57.182	21.677	6.672	(13.250)	1.495.499
Outorga fixa	11.833.718	-	219.491	66.454	13.250	12.132.913
( - ) Reequilíbrio	(79.605)	-	(2.296)	-	-	(81.901)
Não circulante	11.754.113	-	217.195	66.454	13.250	12.051.012
<b>Total</b>	<b>13.177.331</b>	<b>57.182</b>	<b>238.872</b>	<b>73.126</b>	<b>-</b>	<b>13.546.511</b>

  

Objeto	Saldo inicial 31/12/2017	Adições	Atualização (a) resultado	Atualização intangível	Transf.	Saldo final 31/03/2018
Outorga variável	200.601	54.290	-	-	-	254.891
Outorga fixa	245.002	-	3.428	1.162	964	250.556
( - ) Reequilíbrio	(8.486)	-	(59)	-	-	(8.545)
Circulante	437.117	54.290	3.369	1.162	964	496.902
Outorga fixa	12.020.886	-	167.983	56.938	(964)	12.244.843
( - ) Reequilíbrio	(79.463)	-	(2.028)	-	-	(81.491)
Não circulante	11.941.423	-	165.955	56.938	(964)	12.163.352
<b>Total</b>	<b>12.378.540</b>	<b>54.290</b>	<b>169.324</b>	<b>58.100</b>	<b>-</b>	<b>12.660.254</b>

(a) O impacto no resultado é composto pela atualização do saldo pelo IPCA.

#### Outorga fixa

Pela assinatura do contrato de concessão, a Concessionária se obriga a pagar à União uma contribuição fixa no total de R\$ 16.213.000, reconhecida e ajustada a valor presente, à taxa de desconto de 9,15% a.a., conforme OCPC 05, que será paga em 20 parcelas anuais de R\$ 810.650. Esses pagamentos ocorrerão no mês de julho de cada ano, sendo necessária a constituição de conta reserva 02 meses antes. Os pagamentos serão reajustados pelo IPCA-IBGE desde a data da realização da sessão pública do leilão, que ocorreu em fevereiro de 2012, até a data do efetivo pagamento, em conta a favor do Fundo Nacional de Aviação Civil (FNAC).

Em 26 de outubro de 2017, a Medida Provisória nº 779/17, que tratava sobre a reprogramação do pagamento da contribuição fixa, foi convertida na Lei nº 13.499/17, a qual, celebra os aditivos contratuais que versem sobre a alteração do cronograma de pagamentos das outorgas nos contratos de parceria no setor aeroportuário celebrados até 31 de dezembro de 2016.

Em 17 de agosto de 2017, através da Nota Técnica nº 11(SEI)/2017/SRA, a ANAC consentiu a reprogramação do fluxo de pagamento das outorgas e apresentou aditivo do contrato, estabelecendo o novo fluxo de pagamentos.

Em 19 de dezembro de 2017, após o pagamento integral da outorga fixa de 2017, a Concessionária realizou a antecipação do valor de R\$ 319.000 (em valores de 2012), atualizado até esta data, totalizando o montante de R\$ 460.000 referente à parte da outorga fixa de 2018, em conformidade com o aditamento ao contrato de concessão que alterou o fluxo de pagamento da outorga fixa original, nos termos da Lei nº 13.499/2017 e da Portaria nº 135/MTPA. De acordo com o referido aditamento, a Concessionária postergou para os anos entre 2031 e 2032 o montante pago antecipadamente de R\$ 319.000, devidamente atualizado. O saldo remanescente de R\$ 172.650 (em valores de 2012), foi pago em 11 de julho de 2018, devidamente atualizado, totalizando o montante de R\$ 242.740.

#### Outorga variável

Além da contribuição fixa, a Concessionária também se compromete a pagar a contribuição variável que corresponderá ao montante em reais resultante da aplicação da alíquota de 10% sobre a totalidade da receita bruta anual, deduzida dos cancelamentos e devoluções. Caso a receita bruta anual observada pela Concessionária exceda os valores determinados no contrato de concessão, a contribuição variável sobre a receita excedente será cobrada pela alíquota de 15%.

#### Reequilíbrio econômico financeiro

Em 30 de outubro de 2014, a Concessionária protocolou junto à ANAC o pedido de revisão extraordinária do equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão em razão da alteração contratual efetuada pela Decisão nº 121 da ANAC, de 13 de novembro de 2012, que teve como objetivo a alteração unilateral das tarifas aplicáveis aos serviços de Armazenagem e Capatazia, referentes às cargas importadas em trânsito. Tal regime tarifário diferiu pontualmente em relação àquele aplicável à INFRAERO no tocante ao mecanismo de cálculo das tarifas aeroportuárias aplicáveis ao mercado de carga importada, entre as alterações, destaca-se o tratamento dispensado às cargas em trânsito para zona primária e trânsito internacional.

Em 22 de dezembro de 2016, a Diretoria da Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC) decidiu aprovar a 1ª Revisão Extraordinária do contrato de concessão do Aeroporto Internacional de Guarulhos em R\$ 113.844 com o objetivo de recompor seu equilíbrio econômico-financeiro.

Conforme estabelecido na Decisão nº 191 da ANAC, a parcela da contribuição fixa devida em cada ano será deduzida pelo valor aplicável conforme tabela.

<b>Ano</b>	<b>Valor a ser deduzido</b>
2016	32.796
2017	7.143
2018	6.862
2019	6.580
2020	6.298
2021	6.019
2022	5.745
2023	5.521
2024	5.299
2025	5.025
2026	4.760
2027	4.505
2028	4.259
2029	4.022
2030	3.796
2031	3.593
2032	1.621
<b>Total</b>	<b>113.844</b>

Os valores estabelecidos na tabela, serão revistos quando da realização de revisões periódicas do fluxo de caixa marginal e eventuais diferenças relativas as estimativas dos anos anteriores deverão ser compensadas no pagamento da contribuição fixa seguinte à conclusão do processo de revisão. O valor a ser descontado em cada ano deverá ser atualizado pelo IPCA, calculado pelo IBGE, acumulado entre abril de 2016 e o mês anterior ao do pagamento da contribuição fixa anual e pela taxa de desconto do fluxo de caixa marginal de 6,81%, estabelecida pela Resolução ANAC nº 355, de 17 de março de 2015, proporcional ao número de meses correspondente.

Em 30 de outubro de 2014, no âmbito do Processo 00058.534906/2017-14, a Concessionária protocolou junto à ANAC o pedido de revisão extraordinária em razão da impossibilidade de utilização das áreas comerciais com constrição judicial.

Em 11 de outubro de 2018, de acordo com a Decisão nº 159 a ANAC aprovou a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do contrato que será realizada por meio de revisão da contribuição fixa devida pela Concessionária nos termos do artigo 3º da Decisão nº 159/2018. Desse modo, a parcela da contribuição fixa devida em 2019 será deduzida pelo valor referente ao desequilíbrio verificado durante o período de constrição, correspondente R\$ 939 devidamente atualizado até a sua compensação.

#### 14. PROVISÃO PARA OBRIGAÇÕES LEGAIS

A Concessionária é parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos, como apresentado a seguir:

	<u>31/12/2018</u>	<u>Provisões</u>	<u>Reversões</u>	<u>Atualização</u>	<u>31/03/2019</u>
Provisão para riscos					
Trabalhistas (a)	10.518	872	(455)	274	11.209
Tributário (b)	163	26	-	-	189
Administrativos (c)	458	-	(20)	46	484
Cíveis (d)	122	53	(127)	195	243
Total	<u>11.261</u>	<u>951</u>	<u>(602)</u>	<u>515</u>	<u>12.125</u>

A Concessionária, baseada na opinião de seus consultores jurídicos, entende que as provisões registradas são suficientes para cobrir as prováveis perdas decorrentes de decisões desfavoráveis.

#### Riscos possíveis – Valores não provisionados

	<u>31/03/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Provisão para riscos		
Trabalhistas (a)	2.778	3.857
Tributários (b)	176.938	82.792
Administrativo (c)	68.594	1.292
Cíveis (d)	1.928	2.079
Total	<u>250.238</u>	<u>90.020</u>

##### a) Riscos trabalhistas

A Concessionária é parte em diversos processos de natureza trabalhista cujos objetos importam, em sua maioria, em pedidos de condenação subsidiária, decorrente de contratos de prestação de serviços (terceirização), estes processos representam 92% do total das contingências.

##### b) Riscos tributários

Autos de Infração lavrados pela Receita Federal do Brasil, cujos objetos, em sua maioria, estão relacionados à atividade de armazenagem de mercadorias sob pena de perdimento nos armazéns do Aeroporto, Autos de Infração lavrados pela Prefeitura do Município de Guarulhos arguindo a cobrança de Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), e lançamentos de Imposto sobre a Propriedade Territorial Urbana (IPTU) realizados pela Prefeitura do Município de Guarulhos.



c) Riscos Administrativos

Autuações oriundas de autoridades administrativas, como ANAC, ANVISA, IPEM-SP/INMETRO, Prefeitura do Município de Guarulhos, com instauração dos respectivos processos administrativos nos quais a Concessionária figura no polo passivo.

d) Riscos cíveis

Processos de natureza indenizatória promovidos por passageiros, motivados por furto ou extravio de bagagem ou outros fatos ocorridos dentro do Aeroporto cuja responsabilidade está sendo imputada à Concessionária, ou processos promovidos por cessionários de área aeroportuária (lojistas, companhias aéreas, outros) e fornecedores, relativos de pleitos de indenização, cobrança de valores, obrigação de fazer, ou outras naturezas.

Depósitos recursais e judiciais

Em 31 de março de 2019, a Concessionária possuía R\$ 16.372 em depósitos recursais e judiciais (R\$ 14.099 em 31 de dezembro de 2018).

15. RECEITA DIFERIDA

	Saldo inicial 31/12/2018	Adição	Apropriação	Transferência	Saldo final 31/03/2019
Cessão de espaço	9.981	625	(2.825)	3.464	11.245
Reequilíbrio	7.756	-	(2.038)	2.038	7.756
Circulante	17.737	625	(4.863)	5.502	19.001
Cessão de espaço	94.076	1.875	-	(3.464)	92.487
Reequilíbrio	59.288	-	392	(2.038)	57.642
Não Circulante	153.364	1.875	392	(5.502)	150.129
	171.101	2.500	(4.471)	-	169.130
	Saldo inicial 31/12/2017	Adição	Apropriação	Transferência	Saldo final 31/03/2018
Cessão de espaço	9.274	-	(2.195)	1.725	8.804
Reequilíbrio	7.756	-	(1.989)	1.989	7.756
Circulante	17.030	-	(4.184)	3.714	16.560
Cessão de espaço	92.033	-	-	(1.725)	90.308
Reequilíbrio	66.150	-	273	(1.989)	64.434
Não Circulante	158.183	-	273	(3.714)	154.742
	175.213	-	(3.911)	-	171.302

A receita diferida da Concessionária está composta por contratos com lojistas, referente à cessão de espaço, como também o impacto do reconhecimento diferido da receita com o reequilíbrio econômico financeiro.

A atualização do reequilíbrio econômico, feita por meio do reconhecimento do ajuste a valor presente ao resultado, se dá em base sistemática semelhante à apropriação da receita diferida. Por este motivo, o montante de receita diferida de reequilíbrio econômico no passivo não circulante não teve qualquer movimentação de atualização.

## 16. OUTROS PASSIVOS

	<u>31/03/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Repasso PAN/PAT (a)	47	141
Repasso ao Tesouro Nacional (b)	68.371	70.112
Contribuição Mensal (c)	<u>63.134</u>	<u>65.509</u>
Total	<u>131.552</u>	<u>135.762</u>

- (a) O repasse PAN/PAT foi fixado em função do uso das comunicações e dos auxílios, rádio e visuais em área terminal de tráfego aéreo (doméstico ou internacional) e é destinado ao DECEA – Departamento de Controle do Espaço Aéreo. Os percentuais são variáveis e determinados conforme peso das bagagens e cargas;
- (b) O repasse ao Tesouro Nacional corresponde ao adicional do Fundo Nacional de Aviação Civil incidente sobre as tarifas de embarque internacional instituído pela Lei nº 9.825/99. O repasse corresponderá a US\$ 18,00 (dezoito dólares estadunidense) independentemente da tarifa praticada e dos reajustes decorrentes do Contrato de Concessão.
- (c) A Contribuição Mensal corresponde ao montante mensal resultante da aplicação de alíquota de 22,65% sobre a receita mensal proveniente da cobrança de Tarifas de Embarque, Pouso e Permanência e dos Preços Unificados e de Permanência, domésticas e internacionais, e de Armazenagem e Capatazia.

## 17. PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PASSIVO A DESCOBERTO)

### Capital social

Em 31 de março de 2019, o capital social da Concessionária é de R\$ 2.624.558 (em 31 de dezembro de 2018 era R\$ 2.624.558), sendo totalmente subscrito e integralizado. Composto por ações ordinárias escriturais e sem valor nominal.

	<u>31/03/2019</u>		
	<u>Capital</u>	<u>Ações ordinárias</u>	<u>%</u>
Aeroporto de Guarulhos Participações S.A. - GRUPAR	1.338.525	1.547.106.254	51
Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - INFRAERO	<u>1.286.033</u>	<u>1.486.435.421</u>	<u>49</u>
Total	<u>2.624.558</u>	<u>3.033.541.675</u>	<u>100</u>

O Estatuto Social da Concessionária determina a distribuição de um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do período, ajustado na forma do Artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações.

## 18. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	<u>31/03/2019</u>	<u>31/03/2018</u>
Receita operacional bruta tarifária		
Receita de aeronave e passageiros	279.919	255.646
Receita de armazenagem e capatazia	144.423	165.261
Total da receita operacional bruta tarifária	<u>424.342</u>	<u>420.907</u>
Receita operacional bruta não tarifária		
Receitas acessórias	258.938	232.163
Total da receita operacional bruta não tarifária	<u>258.938</u>	<u>232.163</u>
Total da receita operacional bruta tarifária e não tarifária	<u>683.280</u>	<u>653.070</u>
Deduções da receita bruta	<u>(180.709)</u>	<u>(177.389)</u>
PIS	(11.243)	(10.754)
COFINS	(51.787)	(49.534)
ISSQN	(21.714)	(21.045)
Contribuição mensal (*)	(93.333)	(93.149)
Devoluções e cancelamentos	<u>(2.632)</u>	<u>(2.907)</u>
Receita operacional líquida	<u><u>502.571</u></u>	<u><u>475.681</u></u>

(\*) Contribuição tarifária, instituída pela Lei nº 13.319/16, maiores detalhes estão descritos na nota explicativa nº 16 (d).

## 19. CUSTO E DESPESAS

	<u>31/03/2019</u>	<u>31/03/2018</u>
Pessoal e encargos	(25.636)	(35.488)
Conservação e manutenção	(22.542)	(25.331)
Comunicação, marketing e publicidade	(249)	(205)
Seguros e garantias	(3.148)	(4.572)
Serviços de terceiros	(33.185)	(32.499)
Veículos	(136)	(118)
Consultoria e assessoria	(2.132)	(1.583)
Aluguéis e impostos	(5.979)	(6.203)
Energia elétrica	(9.638)	(7.657)
Contingências	(1.076)	(2.193)
PECLD	(7.409)	210
Outorga variável (*)	(56.238)	(53.397)
Depreciação e amortização	(221.577)	(205.462)
Outros	4.148	10.969
	<u>(384.797)</u>	<u>(363.529)</u>
Custo dos serviços prestados	(353.173)	(335.237)
Despesas gerais e administrativas	(34.896)	(27.632)
Outras receitas e despesas	3.272	(660)
	<u>(384.797)</u>	<u>(363.529)</u>

(\*) Detalhes dos valores da Outorga Variável estão descritos na Nota Explicativa nº 13.

## 20. RESULTADO FINANCEIRO

	<u>31/03/2019</u>	<u>31/03/2018</u>
Receita financeira		
Juros sobre aplicações financeiras	11.905	4.669
Outras receitas financeiras	1.669	1.842
Total	<u>13.574</u>	<u>6.511</u>
Despesas financeiras		
Atualização monetária sobre outorga fixa	(240.654)	(170.790)
Juros sobre debêntures	(21.049)	(20.056)
Juros sobre empréstimos	(62.424)	(67.413)
Comissões e despesas bancárias	(787)	(1.349)
Outros	(769)	(928)
Total	<u>(325.684)</u>	<u>(260.536)</u>
Total do resultado financeiro	<u>(312.110)</u>	<u>(254.025)</u>

## 21. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

A Administração da Concessionária, baseia suas decisões de negócios em relatórios financeiros preparados nos mesmos critérios usados na preparação e divulgação destas informações contábeis. As informações contábeis são regularmente revistas pela Administração da Concessionária para tomada de decisões sobre alocações de recursos e avaliação de performance.

Portanto, a Administração concluiu que opera um único segmento “concessão aeroportuária” e considera que divulgações adicionais sobre segmentos não são necessárias.

## 22. PLANO DE BENEFÍCIO DE APOSENTADORIA

Em abril de 2014, a Concessionária tornou-se patrocinadora aderente do Plano de Aposentadoria de Contribuição Variável - Plano CV do Instituto Infraero de Seguridade Social (INFRAPREV) – com a finalidade de viabilizar a manutenção do plano para a massa de empregados oriundos da INFRAERO, em cumprimento às disposições expressas no anexo 25 do Edital de leilão nº 2/2011 – contrato de concessão de Aeroportos nº 002/ANAC/2012 – SBGR Aeroporto Internacional de São Paulo Governador André Franco Montoro – Guarulhos – Capítulo XV – das disposições transitórias, item “15.3”.

O patrocinador aderente se obriga a custear o Plano CV contribuindo, em caráter obrigatório, na forma fixada anualmente no plano de custeio, compartilhando obrigações e responsabilidades financeiras do plano referente à totalidade de seus empregados participantes do plano. O plano de custeio será aprovado anualmente pelo Conselho Deliberativo do INFRAPREV, devendo constar o regime financeiro e o cálculo atuarial.

O Pronunciamento Técnico CPC 33 (IAS 19) determina que em caso de apuração de um Ativo Atuarial Líquido, este somente poderá ser reconhecido se for claramente evidenciado que o mesmo poderá se reverter em benefício econômico para a patrocinadora, seja na forma de efetiva redução de suas contribuições para o plano, ou na forma de reembolso futuro.

Na última avaliação atuarial realizada não foi identificado passivo atuarial líquido relevante.

## 23. SEGUROS

Em 31 de março de 2019, a Concessionária mantém apólices de seguros com vigência mínima de 12 meses que garantam continuidade e eficácia das operações realizadas no Aeroporto, como seguro de responsabilidade civil aeroportuário, seguro de riscos operacionais, seguro de riscos de engenharia, garantia de obrigações públicas, seguro de vida bombeiros, seguros de riscos diversos (equipamentos móveis - combate a incêndio) e seguro de frota operacional (carros de apoio ao Aeroporto).

Modalidade	Limite máximo de indenização	Vigência		Seguradora
		Início	Fim	
Riscos operacionais	1.600.000	24/05/2018	24/05/2019	Tokio Marine Seguradora
Responsabilidade civil de proprietários e operadores de aeroportos (US\$)	500.000	24/05/2018	24/05/2019	Mapfre Seguros
Garantia de obrigações públicas	555.321	04/06/2017	04/06/2019	Fator Seguradora/Pottencial Seguradora
Seguro de equipamentos móveis	3.300	24/05/2018	24/05/2019	Allianz Seguros S.A.
Seguro de vida – bombeiros	56.560	24/05/2018	24/05/2019	Tokio Marine Seguradora
Seguro de frota	600.000	24/05/2018	24/05/2019	Tokio Marine Seguradora

A Concessionária tem participação na apólice de seguro D&O do Grupo INVEPAR, com vigência de maio de 2019 a maio de 2020 com limite máximo de garantia de R\$ 100.000 com a XL Seguros.

#### 24. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E ANÁLISE DE SENSIBILIDADE DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

Os valores justos estimados de ativos e passivos financeiros da Concessionária foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode gerar alterações nos valores de realização estimados.

A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, segurança e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado, bem como na avaliação da situação econômico-financeira das instituições envolvidas. A Concessionária não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. A Concessionária não possui operações de derivativos ou faz uso deste instrumento de natureza operacional ou financeira.

Os valores constantes nas contas patrimoniais, como instrumentos financeiros, encontram-se atualizados na forma contratada até 31 de março de 2019 e correspondem, aproximadamente, ao seu valor justo. Esses valores estão representados substancialmente por caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras vinculadas, valores a receber, empréstimos e financiamentos, debêntures e concessão de serviço público.

Instrumentos financeiros		31/03/2019		
	Valor justo	Custo amortizado	Total	
<b>Ativos</b>				
Caixa e equivalentes de caixa	509.048	-	509.048	
Aplicações financeiras vinculadas	389.709	-	389.709	
Contas a receber	-	247.533	247.533	
Partes relacionadas	-	17.730	17.730	
<b>Total do ativo</b>	<b>898.757</b>	<b>265.263</b>	<b>1.164.020</b>	
<b>Passivos</b>				
Fornecedores	-	49.929	49.929	
Partes relacionadas	-	25.883	25.883	
Empréstimos e financiamentos	-	2.671.676	2.671.676	
Debêntures (*)	-	745.654	745.654	
Concessão de serviço público	-	13.546.511	13.546.511	
<b>Total do passivo</b>	<b>-</b>	<b>17.039.653</b>	<b>17.039.653</b>	

Instrumentos financeiros		31/12/2018		
	Valor justo	Custo amortizado	Total	
<b>Ativos</b>				
Caixa e equivalentes de caixa	502.468	-	502.468	
Aplicações financeiras vinculadas	151.151	-	151.151	
Contas a receber	-	259.955	259.955	
Partes relacionadas	-	17.730	17.730	
<b>Total do ativo</b>	<b>653.619</b>	<b>277.685</b>	<b>931.304</b>	
<b>Passivos</b>				
Fornecedores	-	78.347	78.347	
Partes relacionadas	-	25.883	25.883	
Empréstimos e financiamentos	-	2.707.977	2.707.977	
Debêntures (*)	-	738.926	738.926	
Concessão de serviço público	-	13.177.331	13.177.331	
<b>Total do passivo</b>	<b>-</b>	<b>16.728.464</b>	<b>16.728.464</b>	

(\*) foi desconsiderado o valor do custo de captação.

Os valores de instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado e apresentados acima se aproximam dos seus valores justos:

a) Critérios, premissas e limitações utilizadas no cálculo dos valores justos

Os valores justos informados não refletem mudanças subsequentes na economia, tais como taxas de juros e alíquotas de impostos e outras variáveis que possam ter efeito sobre sua determinação. Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo.

- Hierarquia do valor justo

A Concessionária usa a seguinte hierarquia para determinar o valor justo dos instrumentos financeiros:

**Nível 1:** preços cotados nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.

**Nível 2:** outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente.

**Nível 3:** técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

Mensurados a valor justo - Ativos financeiros	31/03/2019	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Caixa e equivalentes de caixa	509.048	509.048	-	-
Aplicações financeiras vinculadas	389.709	-	389.709	-
<b>Total</b>	<b>898.757</b>	<b>509.048</b>	<b>389.709</b>	<b>-</b>

Mensurados pelo custo amortizado - Passivos financeiros	31/03/2019	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Empréstimos e financiamentos	2.671.676	-	2.671.676	-
Debêntures (*)	745.654	-	745.654	-
Concessão de serviço público	13.546.511	-	-	13.546.511
<b>Total</b>	<b>16.963.841</b>	<b>-</b>	<b>3.417.330</b>	<b>13.546.511</b>

Mensurados a valor justo - Ativos financeiros	31/12/2018	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Caixa e equivalentes de caixa	502.468	502.468	-	-
Aplicações financeiras vinculadas	151.151	-	151.151	-
<b>Total</b>	<b>653.619</b>	<b>502.468</b>	<b>151.151</b>	<b>-</b>

Mensurados pelo custo amortizado - Passivos financeiros	31/12/2018	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Empréstimos e financiamentos	2.707.977	-	2.707.977	-
Debêntures (*)	738.926	-	738.926	-
Concessão de serviço público	13.177.331	-	-	13.177.331
<b>Total</b>	<b>16.624.234</b>	<b>-</b>	<b>3.446.903</b>	<b>13.177.331</b>

(\*) Foi desconsiderado o valor do custo de captação.

- Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas.

Os saldos em conta corrente mantidos em bancos têm seu valor de mercado idêntico aos saldos contábeis. Para as aplicações financeiras, os valores contábeis informados no balanço patrimonial aproximam-se do valor justo.



- Empréstimos e financiamentos

Os valores contábeis dos empréstimos em moeda nacional, obtidos junto ao BNDES estão compatíveis com o valor de mercado de tais operações, já que operações similares não estão disponíveis no mercado financeiro, com vencimentos e taxas de juros comparáveis. Esses instrumentos financeiros estão classificados como passivos financeiros não mensurados a valor justo.

- Debêntures

As debêntures, em 31 de março de 2019, apresentam valor de mercado de R\$ 678.420 (R\$ 682.291 em 31 de dezembro de 2018). Fonte: CETIP

- Concessão de serviço público

Os saldos informados no balanço patrimonial aproximam-se do valor justo por se tratarem de instrumentos financeiros com características exclusivas.

As operações da Concessionária estão sujeitas aos fatores de riscos a seguir descritos:

A Concessionária mantém operações com instrumentos financeiros, onde há uma gestão de riscos de mercado e de crédito por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar a liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controles internos consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas *versus* condições vigentes no mercado. Não são efetuadas aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco, como também não efetuam operações definidas como derivativos exóticos. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Concessionária.

b) Concentração de risco de crédito

Instrumentos financeiros que potencialmente sujeitam a Concessionária às concentrações de risco de crédito consistem, primariamente, em bancos, aplicações financeiras vinculadas e contas a receber. A Concessionária mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras vinculadas em diversas instituições financeiras, de acordo com critérios objetivos para diversificação de riscos de crédito.

As perdas de contas a receber foram registradas na rubrica de provisão para perdas esperadas com crédito de liquidação duvidosa, nota explicativa nº 6.

c) Risco de liquidez

A Concessionária acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente. O objetivo da Concessionária é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade através de contas garantidas e empréstimos bancários.

A tabela a seguir resume o perfil de vencimento do passivo financeiro da Concessionária em 31 de março de 2019 e 31 de dezembro de 2018.

	Até 1 ano	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Superior a 5 anos	Total 31/03/2019
Fornecedores	49.929	-	-	-	49.929
Empréstimos	403.205	1.056.730	1.707.342	1.631.400	4.798.677
Debêntures	107.923	276.541	489.020	251.232	1.124.717
Concessão de serviço público	1.218.109	2.604.312	2.807.961	17.376.225	24.006.607
	<u>1.779.166</u>	<u>3.937.583</u>	<u>5.004.323</u>	<u>19.258.857</u>	<u>29.979.930</u>

	Até 1 ano	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Superior a 5 anos	Total 31/12/2018
Fornecedores	78.347	-	-	-	78.347
Empréstimos	404.715	1.011.289	1.213.194	2.270.981	4.900.179
Debêntures	105.865	271.430	339.324	423.406	1.140.025
Concessão de serviço público	1.202.651	2.604.055	2.807.683	15.523.602	22.137.991
	<u>1.791.578</u>	<u>3.886.774</u>	<u>4.360.201</u>	<u>18.217.989</u>	<u>28.256.542</u>

d) Análise de sensibilidade nas taxas de juros

A Concessionária está exposta a riscos de oscilações de taxas de juros em seus empréstimos e aplicações financeiras.

Decorre da possibilidade da Concessionária sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. A Concessionária possui aplicações financeiras a taxas de juros flutuantes. As taxas de juros dos empréstimos, financiamentos, debêntures e obrigações com o poder concedente estão vinculadas à variação da TJLP, IPCA e CDI.

Nas tabelas a seguir, são considerados três cenários sobre os ativos e passivos financeiros relevantes, sendo: cenário provável, o adotado pela Concessionária com base nos preços de contratos futuros negociados em bolsa de valores e/ou mercadorias e futuros, e cenários variáveis chaves, com os respectivos impactos nos resultados com deterioração de 25% (cenário A) e 50% (cenário B) da variável do risco considerado.

Ativo financeiro

Operação	31/03/2019	Risco/ indexador	Cenário provável	Cenário A	Cenário B
Caixa e equivalentes de caixa	509.048	-	32.986	24.740	16.493
Aplicações financeiras vinculadas	389.709	CDI (% ao ano)	25.253	18.940	12.627
Referência para ativos financeiros			Provável	Cenário A	Cenário B
CDI (% ao ano)			6,48%	4,86%	3,24%

Passivo financeiro

Operação	31/03/2019	Risco/indexador	Cenário provável	Cenário A	Cenário B
Empréstimos	2.664.441	TJLP (% ao ano)	178.784	223.547	268.309
CCB	7.235	CDI (% ao ano)	469	586	703
Debêntures	745.654	IPCA (% ao ano)	29.081	36.388	43.621
Outorga Fixa	13.546.511	IPCA (% ao ano)	528.314	661.070	792.471
Referência para passivos financeiros			Provável	Cenário A	Cenário B
TJLP (% ao ano)			6,71%	8,39%	10,07%
IPCA (% ao ano)			3,90%	4,88%	5,85%
CDI (% ao ano)			6,48%	8,10%	9,72%

25. TRANSAÇÃO NÃO CAIXA

A Concessionária teve as seguintes transações não caixa no período que foram excluídas do fluxo de caixa:

	<u>31/03/2019</u>	<u>31/03/2018</u>
Encargos financeiros sobre empréstimos e financiamentos capitalizados	2.393	386
Encargos financeiros sobre outorga capitalizados	73.126	58.100
Aquisição de intangível e imobilizado ainda não liquidada (fornecedores)	3.692	6.517

## 26. RESULTADO POR AÇÃO

O cálculo básico do resultado por ação é feito através da divisão do resultado do período, atribuído aos detentores de ações ordinárias, pela quantidade média ponderada de ações disponíveis durante o período. Não houve outras transações envolvendo ações ordinárias ou potenciais ações ordinárias entre a data do balanço patrimonial e a data de conclusão destas demonstrações contábeis.

A Concessionária não possui instrumentos diluidores em 31 de março de 2019 e 2018, e conseqüentemente, não há diferença entre o cálculo do lucro por ação básico e diluído. A tabela a seguir apresenta os dados de resultado e ações utilizando o cálculo de resultado básico e diluído por ação:

<u>Resultado básico e diluído por ação</u>	<u>31/03/2019</u>	<u>31/03/2018</u>
Numerador		
Resultado do período atribuído aos acionistas da Concessionária	(180.546)	(136.704)
Denominador (em milhares de ações)	<u>3.033.542</u>	<u>3.033.542</u>
Média ponderada por número de ações		
Resultado básico e diluído por ação - em reais	<u>(0,060)</u>	<u>(0,045)</u>

## 27. EVENTO SUBSEQUENTE

Até a data de divulgação das informações contábeis, a Concessionária não apresentou nenhum evento subsequente relevante.

\* \* \*